

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Projeto prevê ICMS fixo para combustíveis	3
Título: Uma nova fase	5
Título: Sob críticas, projeto para exploração de terras retira de indígenas poder de veto	5
Título: Para diretor da ANP, volatilidade diminuiria	8
Título: Proposta deve levar OIT a apontar violação de direitos	9
Título: Como combater as margens altas das distribuidoras de gás.....	11
Título: Reservas de energia imobilizadas podem custar até US\$ 900 bi.....	14
Título: Petrobras deve adiar para abril ofertas para primeiras refinarias.....	21
Título: Reunião da Opep termina sem acordo sobre cortes.....	23
Título: Destaques.....	24
Título: Varejo fica com R\$ 3,5 bi da oferta da Petrobras, diz Castello Branco ...	24
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	26
Título: Projeto de mineração e plantio em terra indígena libera uso de transgênico.....	26
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	29
Título: Bolsonaro diz que faz ‘papel de otário’ no caso do ICMS.....	29
Título: Propostas do governo para área ambiental geram críticas	30
VEÍCULO: O Globo.....	32

Título: Riscos que pesam sobre os indígenas.....	32
Título: Manchete: Paralisação na China já afeta indústria no Brasil.....	34
Título: TST bloqueia contas bancárias de sindicatos de petroleiros em greve....	37
Título: Bolsonaro: posição sobre ICMS é ‘vergonha na cara’	38

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:****Autor:** Lu Aiko Otta e Marcelo Ribeiro**Título:** Projeto prevê ICMS fixo para combustíveis

Ideia é que Estados possam definir o montante para manter receita

O governo deve discutir hoje um projeto de lei complementar que altera a forma de cálculo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, de um percentual para um valor fixo em reais. Conforme se discutia ontem nos escalões técnicos, será permitido que cada Estado fixe seu valor, de forma a preservar a arrecadação.

O projeto está pronto, segundo informou na manhã de ontem o presidente Jair Bolsonaro, sem dar mais detalhes. Ele se reuniu ontem com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em um encontro que não constava da agenda do ministro. Pelo menos na área técnica, o corte de tributos federais sobre combustíveis não estava em pauta ontem.

Bolsonaro levantou essa possibilidade na quarta-feira, ao afirmar que zeraria os tributos federais se os Estados fizessem o mesmo. Em reação, o governador de São Paulo, João Doria, chamou a proposta de “populista” e disse que a iniciativa de reduzir tributos deveria partir do governo federal.

Outros governadores também criticaram a forma como o presidente atribuiu a eles a responsabilidade sobre a demora de os cortes de preços nas refinarias se refletirem nas bombas e sugeriram um diálogo “responsável” sobre o tema. Os governadores se articulam em busca de uma proposta e devem se reunir na terça-feira.

Ontem pela manhã, Bolsonaro voltou ao tema. Afirmou que tem sido feito de “otário”, pois a Petrobras reduz preços nas refinarias, mas o corte não chega ao consumidor. Nesse caso, disse, seria melhor não reduzir mais os preços.

Mais tarde, em uma “live” na qual assistiu à discussão no Senado dos EUA sobre o pedido de impeachment de Donald Trump, ele disse que os recentes cortes de preços nas refinarias somam 10%. “Na bomba, diminuiu o preço do combustível? Sim ou não? Não. Por quê? Temos de dar resposta

a vocês”, afirmou. “Não quero problema com governador, mas a responsabilidade desse preço alto do combustível tem de ser apontada.”

Sentado ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, Bolsonaro afirmou que “cada um tem de fazer sua parte para reduzir a carga tributária.” Os tributos federais sobre combustíveis somaram R\$ 27,4 bilhões no ano passado. Os estaduais, R\$ 87,3 bilhões. De forma genérica, após falar sobre o corte de impostos feito por Trump, Guedes disse que, com o avanço das reformas, haverá espaço para reduzir tributos também no Brasil.

O ICMS sobre combustíveis representa em média, 20% da arrecadação dos Estados. Por isso, secretários estaduais de Fazenda e governadores vêm se posicionando contra eventuais mudanças desde a semana passada. Uma fonte da área técnica acredita que, com a possibilidade de cada Estado estabelecer sua tributação de forma a preservar as receitas, a resistência dos governadores diminuirá.

Os técnicos dizem que, ao mudar o formato da tributação para um valor fixo, os preços passarão a ter mais estabilidade. Hoje, o ICMS é de até 30% sobre o preço do litro. A implementação dessa mudança, porém, não é algo tão simples, segundo Rodrigo Dalla Pria, professor de Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Direitos Tributários (Ibet). Ele explicou que cada Estado terá liberdade para fixar sua tributação nas operações internas. O problema seria chegar a um entendimento sobre as alíquotas nas operações interestaduais.

“O ICMS é um tributo nacional que requer unificação”, acrescentou. “É esse o propósito da reforma tributária.” A uniformização de alíquotas é defendida há anos pela Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), disse seu presidente, Paulo Miranda Soares. Simplificaria a apuração do tributo e diminuiria a sonegação. Evitaria também distorções de mercado nas divisas estaduais. “A diferença de preço entre Rio e São Paulo é de R\$ 1,00 por litro”, exemplificou.

As tentativas de unificar alíquotas do ICMS de combustíveis por meio do Conselho de Política Fazendária (Confaz) fracassaram pela resistência de São Paulo e Paraná, segundo Soares. O primeiro tem a alíquota mais baixa do país, de 25%, ante uma média nacional de 28%. Ou seja: com a uniformização, haveria uma tendência de elevação para o consumidor paulista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:****Autor:****Título:** Uma nova fase

O orçamento da Fundação Renova para 2020 está estimado em R\$ 4,68 bilhões

A Fundação Renova, responsável por reparar os danos do desastre da barragem da Samarco, em Minas Gerais, terá neste ano um orçamento 72% superior ao de 2019. Vale e BHP Billiton, que financiam a fundação, vão repassar R\$ 4,68 bilhões à instituição. Será uma nova fase para as famílias atingidas, diz o presidente da Renova, André de Freitas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Daniela Chiarentti, Raphael Di Couto e Rafael Walendorff**Título:** Sob críticas, projeto para exploração de terras retira de indígenas poder de veto

Para alguns especialistas, grandes mineradoras podem não ter interesse em explorar as áreas indígenas, por temerem riscos à sua reputação

O projeto de lei do governo que abre a exploração econômica em terras indígenas define que a extração de recursos minerais, petróleo e gás e a construção de hidrelétricas em terras indígenas exigirá, previamente, ouvir os índios afetados, mas eles não terão poder de veto. O aval terá que passar pelo Congresso e as comunidades serão indenizadas pelo uso da terra e terão “participação nos resultados”. Como esperado, mal o texto chegou ao Congresso, a iniciativa produziu controvérsias.

Lideranças indígenas e ambientalistas fizeram críticas à proposta apontando problemas de origem, pontos inconstitucionais e dizendo que, ao contrário do que argumenta o governo, não se dá autonomia aos índios. A associação das mineradoras adotou tom cauteloso. “O instituto acredita que será salutar o debate nacional em relação a esta proposta para que a sociedade preste contribuições à iniciativa do governo federal”, disse, em nota, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). A bancada ruralista, por

sua vez, voltou a defender a exploração dessas áreas para atividades agropecuárias.

Executivos do setor de mineração dizem, sem querer se identificar, que empresas grandes podem não ter interesse em explorar em terras indígenas contra a vontade dos índios. Temem que os riscos à imagem sejam maiores que os lucros.

Alguns ambientalistas vão na mesma linha, ao dizer que o fato de os índios não terem poder de veto aos projetos pode ser uma fragilidade para atrair empreendimentos. “Esse projeto de lei talvez não interesse às empresas de mineração que têm ações em bolsa, devem prestar contas aos acionistas e reputação internacional. Podem não querer investir contra a vontade dos índios”, diz Raul do Valle, diretor de justiça socioambiental do WWF-Brasil. “Talvez seja do interesse dos garimpeiros. Garimpos são atividade de menor benefício social pelo maior prejuízo, e o que vemos é uma explosão de garimpos na Amazônia.”

“A primeira coisa a considerar é que a amplitude de atividades que o PL quer regulamentar só poderia ser feita por lei complementar”, aponta Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Socioambiental (ISA). Ela cita o que diz a Constituição, no artigo 231 parágrafo sexto. No caso de uma lei complementar, o quórum para aprovação é mais rígido. “Isso justificaria que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia [DEM-RJ], devolvesse o projeto para adequação formal antes de distribuí-lo”, continua.

Não foi o que aconteceu, embora Maia, em novembro, tivesse dito que arquivaria o projeto assim que o recebesse. Contrariou a promessa e determinou a distribuição do PL para uma comissão especial, que debaterá a proposta em caráter conclusivo - ou seja, pode não passar pelo plenário. O texto não tramitará pelas comissões permanentes, e sim num colegiado voltado exclusivamente para analisá-lo.

Pelo texto do PL, os índios receberão 0,7% do valor da energia elétrica produzida, depois de descontados tributos e encargos. A cada R\$ 100, por exemplo, ficarão com R\$ 0,70. Na exploração de petróleo e gás natural, ficarão com 0,5% a 1%, a critério da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No caso da mineração, ganharão 50% dos royalties gerados pela extração.

Além disso, será paga uma indenização no momento da construção de uma hidrelétrica, da pesquisa para extração mineral e de instalação. O dinheiro

irá para um conselho curador, que ficará com no máximo 10% da arrecadação para pagar gastos próprios e será composto por no mínimo três índios escolhidos pelas comunidades afetadas. Esse conselho decidirá como gastar os recursos.

Os índios só terão direito de vetarem garimpos em suas áreas, caso o projeto seja aprovado. Nesses casos, poderão dar a palavra final (terão 180 dias para avaliar o projeto), mas também terão permissão para eles próprios realizarem o garimpo ou terceirizar para uma cooperativa ou associação. No caso de grandes lavras minerais, em que são grandes empresas que atuam, não haverá poder de veto. As concessões serão licitadas.

“O governo argumenta que o projeto dará autonomia aos índios. Mas como, se eles não podem vetar projetos dos outros, que serão impostos a eles?”, pergunta Juliana. Ela lembra que existe uma economia indígena, com grande variedade de produtos, e nenhum incentivo do governo. E que o que o projeto coloca como benefício aos índios - vetar garimpos - a Constituição veda. “Está se regulamentando algo inconstitucional”, diz.

Joenia Wapichana, a primeira deputada indígena do Congresso (RR-Rede), disse ao **Valor** que “organizações indígenas legítimas não foram consultadas e tampouco concordam com este projeto”. Continua ela: “Preocupa bastante o fato de o governo Bolsonaro ter essa iniciativa em um momento em que não deu ainda ao país nenhuma resposta às inúmeras falhas à proteção aos direitos indígenas. E nem mostrou ter eficiência na fiscalização de projetos de mineração. Vimos as tragédias de Mariana e Brumadinho”, continua.

O projeto ainda libera os índios para exercerem agricultura, pecuária, extrativismo e turismo em suas terras. O plantio poderá ser inclusive de organismos geneticamente modificados. Essa é uma bandeira antiga da bancada ruralista, que está endossando com força a iniciativa do governo. Eles já tentaram, em 2019, aprovar proposta nesse sentido na Câmara.

Nos bastidores, parlamentares da base ruralista analisam aproveitar a tramitação da proposta no Congresso Nacional para incluir a autorização do uso das terras para fins agrícolas. O deputado Neri Geller (PP/MT), ex-ministro da Agricultura, cita o exemplo da etnia Paresis em Mato Grosso, que produz soja, para defender a opção de escolha dos indígenas sobre a exploração das terras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Ribamar Oliveira**Título:** Para diretor da ANP, volatilidade diminuiria

Para Oddone, ideal seria ICMS único para todos os Estados

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, defendeu ontem a mudança na tributação do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. Oddone propõe a adoção de um valor de ICMS fixo por um longo período, em vez de um percentual sobre o preço da bomba, como é hoje. “Isso é fundamental para diminuir a volatilidade nos preços ao consumidor e para dar previsibilidade à arrecadação dos Estados”, explicou em entrevista ao **Valor**.

Oddone disse que, no passado, quando a Petrobras mantinha os preços dos combustíveis constantes por um longo período de tempo, a forma de tributação do ICMS não fazia diferença. A partir de 2016, no entanto, a empresa passou a fixar os preços internos em paridade com as cotações internacionais do petróleo, o que deixou os preços ao consumidor muito voláteis.

Atualmente, as alíquotas do ICMS variam de 25% a 34%, dependendo do Estado. Os tributos federais que incidem sobre combustíveis têm valores fixos. O PIS/Cofins sobre a gasolina é de R\$ 0,7925 por litro, de R\$ 0,3515 por litro de diesel, de R\$ 0,1309 por litro de etanol para o produtor e de R\$ 0,1109 por litro de etanol para o distribuidor. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) é de R\$ 0,1 por litro de gasolina e foi zerada para diesel e etanol.

Oddone disse que o ideal seria determinar um valor fixo e único para o ICMS, a ser cobrado por todos os Estados. Se isso não for possível, ele defende que os valores fiquem muito próximos um do outro para evitar a sonegação. O diretor da ANP chamou a atenção para outra vantagem de um valor fixo para o ICMS. Com ele, o governo estadual deixaria de publicar, a cada 15 dias, como acontece atualmente, o valor médio de cada combustível no Estado, sobre o qual incidirá a alíquota do ICMS. O preço médio acaba se tornando uma referência para o mercado.

“Quem vende abaixo do preço médio paga, proporcionalmente, mais ICMS, o que estimula os postos a venderem acima do preço médio”, explicou Oddone. “É um incentivo nefasto”, comentou.

Oddone, que antecipou sua saída da ANP, inicialmente prevista para dezembro, informou que conversou com o presidente Jair Bolsonaro a respeito do ICMS fixo para os combustíveis. Ele está também conversando com governadores sobre as vantagens do novo sistema. Já esteve com os governadores de Piauí, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira

Título: Proposta deve levar OIT a apontar violação de direitos

Difícilmente país escapará de ser incluído em lista de suspeitos de violar a aplicação de convenção sobre povos indígenas

Genebra - A questão indígena vai ser a principal fonte de críticas que o governo de Jair Bolsonaro enfrentará neste ano na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Difícilmente o país escapará de ser incluído em meados deste mês em uma lista de suspeitos de violar a aplicação da Convenção 169, que trata dos direitos dos povos indígenas.

O projeto de lei (PL) enviado nesta semana pelo governo ao Congresso para regulamentar a mineração, a exploração de petróleo, a geração e a transmissão de energia em terras indígenas gera potencial maior para o Brasil ser alvejado por um comitê de especialistas independentes da OIT sobre a aplicação de convenções e recomendações.

Esse comitê tende a dar mais foco na Convenção 169, único tratado internacional que visa promover e proteger os povos indígenas e tribais, também pelo fato de o texto estar comemorando 30 anos, com apenas 23 signatários, 15 deles na América Latina.

Pelo projeto enviado ao Congresso, os índios terão poder de veto apenas sobre atividades minerárias executadas por não indígenas em suas terras. Nos demais casos, as comunidades serão consultadas, porém não darão a palavra final a respeito dos projetos nesses territórios.

Esse é um ponto de muita controvérsia, a começar na cena internacional, em que a atenção continua forte sobre a situação da Amazônia, o tratamento aos indígenas e a sustentabilidade na agricultura.

Pelo artigo 7 da convenção, por exemplo, os povos indígenas devem ter o direito de decidir suas próprias prioridades sobre desenvolvimento e “de exercer, tanto quanto possível, um controle sobre seu desenvolvimento econômico, social e cultural”.

Na interpretação do governo, a consulta aos grupos indígenas sobre os projetos para exploração da terra não significa simplesmente buscar a autorização ou o consenso, mas informar em boa-fé. Já para povos indígenas contrários e organizações da sociedade civil, os índios precisam dar o consentimento, o que, por essa interpretação, conferiria a eles o poder de veto.

Além da expectativa sobre a lista do comitê de especialistas, o Brasil terá de aguardar a formação de um comitê tripartite - governo, trabalhadores e empregadores - para avaliar denúncia apresentada por dois sindicatos agrícolas à OIT com base precisamente na Convenção 169.

A OIT aceitou a admissibilidade da queixa, pela qual comunidades quilombolas de Alcântara (MA) reclamam que sofrem há anos com a desapropriação de terras, sob o argumento de garantir a segurança das pessoas no lançamento de foguetes.

No contexto dos 30 anos da convenção, a OIT publicou nesta semana relatório sobre a situação de mais de 5 mil grupos indígenas diferentes, repartidos em 90 países. A conclusão é de que eles têm risco de viver uma situação de extrema pobreza três vezes maior do que outras categorias da população.

Estima-se que, há mais de 54 milhões de índios na América Latina, representando 8% da população desses grupos pelo mundo. Segundo a OIT, os indígenas empregados, na região, recebem normalmente 31% a menos do que outros trabalhadores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:** Opinião**Autor:** Frederico Barbosa**Título:** Como combater as margens altas das distribuidoras de gás

O monopólio desregrado visará a maximização dos lucros e não elevação da produtividade em benefício da coletividade

Muito se tem indagado sobre o posicionamento estratégico a ser adotado pelos Estados acerca da regulamentação dos monopólios distribuidores de gás canalizado no Brasil. A melhoria do preço do gás aos usuários dependerá da redução do preço da molécula, por meio da ampliação de sua oferta, e da eficiência nos demais elos da cadeia, especialmente nos dutos de transporte e nas redes de distribuição.

Até que seja implantado o mercado livre de gás, as tarifas pagas pelos usuários englobarão os custos da exploração e produção da molécula, dos dutos de transporte, das incidências fiscais e das redes de distribuição, esses últimos representados pela comumente chamada margem bruta das distribuidoras. Se os preços da molécula e do transporte caírem como esperado, a participação relativa das redes de distribuição no custo final do gás será cada vez mais significativa.

O monopólio desregrado visará a maximização dos lucros e não elevação da produtividade em benefício da coletividade

Não há razão para se considerar eficientes as atuais distribuidoras de gás no Brasil. A maioria dos contratos de concessão é antiga e inadequada, contendo lacunas que ainda não foram bem preenchidas pelos Estados - salvo avanços recentes, como aqueles implementados no âmbito da regulação da margem bruta na Bahia, onde a margem média atualmente situa-se ao redor dos R\$ 0,15.

Segundo a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), em 2018, para consumidores com consumo diário de 100 mil m³, a margem bruta das distribuidoras pesava aproximadamente 25,77% no valor das tarifas. Esses percentuais são bem maiores para os pequenos e médios consumidores de qualquer segmento, a ponto de a margem média da Comgás situar-se na casa dos R\$

0,51 por m³ e a margem de um consumidor residencial de 40 m³ chegar a mais de 500% do valor da molécula. Nesse cenário, são preocupantes os discursos em defesa dos monopólios distribuidores.

Às concessionárias efetivamente não foram atribuídos os incentivos corretos para que evidenciassem custos competitivos. Seus investimentos, mesmo ausente a demonstração da eficiência e adequação, são remunerados por taxas elevadas, inclusive nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. As últimas taxas de remuneração aplicadas e debatidas pelo regulador no âmbito do Estado de São Paulo, de quase 9% ao ano, são muito acima do custo médio ponderado do capital contemporâneo, cuja estimativa bem realizada não surpreenderia se ficasse abaixo dos 7% ao ano, sempre em termos reais. Fora do eixo Rio-São Paulo, considerando as taxas fixas médias que se aproximam de 20% ao ano, a situação é ainda mais preocupante.

Quase todos os contratos preveem um “prêmio” às concessionárias sobre os custos operacionais. Com a soma dos custos operacionais de suas redes de distribuição às despesas comerciais e administrativas, cada monopólio distribuidor fora do eixo Rio-São Paulo tem o direito de fazer incidir a Taxa de Remuneração dos Serviços, o que, de maneira contrária à lógica econômica que deveria ser buscada pelos reguladores e poderes concedentes estaduais, torna a concessão mais lucrativa para o monopólio conforme for mais custosa.

Mesmo em São Paulo, onde os contratos aparentemente impõem lógica diversa, neste momento o regulador está a propor que se assegure à distribuidora quase todos os custos e despesas alegadamente incorridos por esta, retroativamente, sem que seja feita comparação ou análise minimamente expressiva ou profunda.

Não bastasse isso, os monopólios distribuidores negociam e estipulam os preços que os usuários pagarão pela molécula sem que sofram nenhuma consequência financeira dessas escolhas, ainda que equivocadas. Assim, é completamente ineficiente a alocação de riscos estabelecida, pois se cabem aos usuários as consequências dos erros ou inadequações das estipulações relativas aos preços de suprimento do gás, essas decisões não deveriam estar a cargo das distribuidoras monopolistas, menos ainda nos casos em que são tomadas no âmbito de relações estabelecidas com empresas coligadas de um de seus acionistas (como é sabido, a Gaspetro, subsidiária

da Petrobras, ainda é detentora de participações relevantes de quase todas as distribuidoras do país).

Essas ineficiências têm feito com que as distribuidoras alcancem resultados extremamente superiores aos de seus clientes, ainda que esses sejam sujeitos a riscos muito maiores que aqueles propiciados pelo monopólio distribuidor. Nesse sentido, por exemplo, ao passo que o retorno médio das distribuidoras esteja na casa de 19,7% ao ano, o da indústria grande consumidora de gás está nos 10,5%.

Hoje, os Estados sabem a importância de o preço de gás para os usuários ser competitivo, o que gera tanto desenvolvimento econômico quanto aumento na arrecadação de impostos superior ao da eventual redução de dividendos propiciada ao Estado - nos diversos casos em que este, além de concedente, também é acionista do monopólio -, sendo esperada a imposição de medidas que sinalizem a eficiência das distribuidoras. Em termos de medidas de longo prazo, é importante que o planejamento da expansão seja sério e bem estruturado, voltado à eficiência das redes de distribuição, evitando-se subsídios exagerados ou infundados que terminam por afugentar os grandes usuários do custeio do sistema, prejudicando todos os demais.

Em termos de curto prazo, é essencial que:

- . a remuneração do capital que vem sendo assegurada seja significativamente reduzida para patamares equivalentes a seu custo efetivo;
- . os custos de atendimento de cada região/segmento sejam melhor compreendidos e alocados aos beneficiários;
- . os incentivos à ineficiência - como é o caso da taxa de remuneração sobre os custos - sejam eliminados;
- . os preços da molécula sejam acordados entre usuários e supridores;
- . os investimentos ineficientes não sejam remunerados, sujeitando a concessionária a pelo menos riscos ordinários do negócio de distribuição;
- . os prazos de depreciação (após a redução do custo de capital) sejam ampliados;

- . os monopólios sejam efetivamente fiscalizados; e, finalmente,
- . as tecnologias incorporadas ao relacionamento comercial com pequenos e médios usuários, assegurando os benefícios da ampliação da oferta e da consequente redução dos preços, por meio do direito de escolha de seu fornecedor de gás.

Em síntese, é certo que as distribuidoras podem fazer mais com menos. Em vez de adotar a postura passiva de que a melhor forma de contribuírem é deixar que façam “o que sabem fazer”, os Estados devem pressupor que o monopólio desregulado terá por meta maximizar seus ganhos e não elevar a produtividade em benefício dos usuários e da coletividade.

Frederico da Silveira Barbosa é advogado e consultor em regulação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2020

Seção: Mundo

Autor: Alan Livsey – Financial Times, em Londres

Título: Reservas de energia imobilizadas podem custar até US\$ 900 bi

Grandes reservas de petróleo, gás e carvão poderão nunca ser extraídas porque fazer isso intensificaria o aquecimento global. A imobilização desses ativos ameaça corroer o valor de mercado das principais empresas do setor.

Donald Trump estava pensando na ativista do clima sueca Greta Thunberg quando ele atacou àqueles a quem chamou de “profetas da desgraça”, em Davos, em janeiro. Mas ele poderia muito bem estar pensando nos investidores globais cujas críticas duras aos hidrocarbonetos vêm levando a um afastamento dos investimentos do setor de energia tradicional em direção das energias renováveis.

Essa mudança representa um grande problema para grupos de energia como Exxon, BP e Saudi Aramco. Grandes extensões de suas reservas de petróleo, gás e carvão podem nunca ser extraídas porque fazer isso intensificaria o aquecimento global, piorando a situação dos eventos climáticos extremos e ameaçando condenar terras cultiváveis e deslocar grande parcelas de populações. Isso poderá deixar esses grupos com um grande número dos chamados “ativos imobilizados”.

Ainda que se aceitasse um aquecimento de 2°C, mais da metade das reservas se converteria em 'ativos imobilizados'

Nesse contexto de emergência climática, o custo da baixa contábil de ativos imobilizados poderá ser visto como um preço pequeno a pagar. Mas os montantes envolvidos seriam impressionantes.

Segundo estimativa do “Financial Times”, cerca de US\$ 900 bilhões - ou um terço do valor atual das grandes empresas de petróleo e gás - evaporariam se os governos tentassem restringir mais agressivamente o aumento da temperatura mundial para 1,5°C acima dos níveis pré-industriais para o restante do século.

Mesmo no cenário que o setor vê como mais propício, de permitir um aumento de 2°C - que foi a meta que os países concordaram em buscar no Acordo de Paris de 2015 sobre as mudanças climáticas - os produtores de energia, incluindo as mineradoras de carvão, teriam de classificar mais da metade de suas reservas de combustíveis fósseis como imobilizadas. Se o limite de 1,5°C for cumprido, então o problema será maior, deixando sem valor mais de 80% dos ativos de hidrocarbonetos.

As emissões de carbono já foram tidas como uma “externalidade” sem custo pelas empresas. Mas com as crescentes evidências das mudanças climáticas e a mudança da opinião pública, as empresas de energia começaram a olhar para as verdadeiras consequências financeiras. Isso tem sido mais notável no aumento do custo de capital para os grupos de hidrocarbonetos e o dinheiro cada vez mais barato para as empresas de energias renováveis.

Grandes petroleiras podem perder um terço de seu valor se governos adotarem metas mais rígidas de emissões

Após muitas lamentações, a BlackRock, maior gestora de investimentos do mundo, aderiu à iniciativa Climate Action 100+, um grupo de 370 gestoras de fundos que controlam cerca de US\$ 35 trilhões em ativos. Esses investidores querem ação contra os gases causadores do efeito estufa, e os produtores de energia com grandes reservas de hidrocarbonetos são um alvo óbvio.

Essas companhias têm 2.910 gigatoneladas (GT) de potenciais emissões de CO2 trancadas em seus ativos. Dois terços disso é carvão e o restante

petróleo e gás natural. A pergunta que os investidores devem fazer é por quanto tempo esses ativos poderão manter seu valor. Ben Caldecott, diretor do Programa de Finanças Sustentáveis da Universidade de Oxford, diz: “As companhias de petróleo precisam pensar em se preparar para quando seus custos de capital dispararem”.

Esses custos já começaram a subir. A maior parte das empresas internacionais de petróleo, e algumas nacionais, possuem ações e bônus negociados nos mercados de capitais. Os preços das ações de produtores de petróleo, gás e carvão estão hoje com uma valorização menor do que há cinco anos. A ameaça é clara: centenas de bilhões de dólares em valor poderão ser perdidos. As companhias nacionais de petróleo (NOCs), muitas das quais possuem mais reservas de petróleo e gás do que conseguiriam produzir em uma geração, enfrentam riscos ainda maiores, independentemente de suas relações com os mercados de capitais.

Supondo que os compromissos feitos no Acordo de Paris sejam cumpridos, o aquecimento global deverá ser mantido dentro do adicional de 2°C. Perseguir uma meta ainda mais rígida de 1,5°C poderá muito bem ser necessário para dar um freio no aquecimento global, segundo afirmam especialistas nas mudanças climáticas.

Segundo acadêmicos da Universidade Duke dos EUA, desde o período pré-industrial as atividades humanas aumentaram a temperatura média do planeta em cerca de 1°C. Este número vem crescendo 0,2°C a cada década. Nesse ritmo, o aquecimento global deverá chegar a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais em algum momento entre 2030 e 2052, com a melhor estimativa sendo por volta de 2040.

A Agência Internacional de Energia (AIE) define ativos imobilizados como “aqueles investimentos que já foram feitos mas que, em algum momento antes do fim de sua vida econômica, não são mais capazes de proporcionar um retorno econômico”. Esses investimentos podem envolver a aquisição de direitos de exploração em uma determinada área, ou ativos com infraestrutura implementada e já produzindo hidrocarbonetos.

O abandono decisivo dos combustíveis fósseis poderá ser difícil. O Acordo de Paris estabeleceu metas de emissão de carbono - emissões permitidas - que autorizarão um certo grau de aquecimento global. Isso foi feito sob a suposição de que esperar a paralisação súbita da atividade econômica não é algo razoável, ou mesmo aceitável, para muitos países.

Assumindo 50% de chances de se alcançar o limite de aquecimento de 2°C até o fim do século, o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU preparou um orçamento de carbono de 1.200 GT para os combustíveis fósseis que poderão ser queimados até o ano 2100. Para cumprir o limite mais rígido de 1,5°C, somente 464 GT seriam permitidos, bem abaixo do equivalente de 2.910 GT de CO₂ mantidos nos ativos remanescentes de petróleo, gás e carvão, segundo a Bernstein Research.

No ano passado, cerca de 33 GT de emissões de carbono foram liberadas, segundo a AIE. O grau de rapidez do aumento das emissões depende de fatores que vão do crescimento populacional à atividade macroeconômica. A maior utilização dos combustíveis não fósseis na geração de energia também terá um impacto.

Os vários orçamentos de carvão mostram de alguma forma o que está em risco para os produtores de energia, incluindo as empresas estatais de energia. No melhor cenário para elas, uma alta de 3°C, quase todo o estoque remanescente de carvão - 96% - poderá ser queimado. Mas no limite menor de 1,5°C, usando a permissão IPCC apenas 16% do carbono poderia ser usado. Em outras palavras, mais de 80% do carbono no solo ficaria encalhado e teoricamente sem valor. Mesmo a 2°C, 59% das reservas de combustíveis fósseis ficariam encalhadas.

A maioria das empresas internacionais de petróleo (IOC) compreende as ameaças que estão por vir, mesmo que nem todas pareçam ter aceitado o grau de ação necessária para resolver o problema do excesso de emissão de carbono. Algumas das maiores, como a Total da França e a Royal Dutch Shell, vêm investindo em projetos de energias renováveis que vão dos biocombustíveis à energia solar.

Mas a proporção do capital investido pelas maiores empresas de petróleo e gás que vai para os negócios de baixa emissão de carbono representa menos de 1% dos investimentos totais, segundo a AIE. Na maior parte eles são negócios de varejo voltados ao consumidor, com os quais muitas IOCs deverão se sentir confortáveis. “A Exxon e a Shell começaram no refino e comercialização de combustíveis”, diz Martin Rats do Morgan Stanley. “As IOCs entendem de atribuição de marca, as NOCs nem tanto.”

Conseguirão as companhias de petróleo se reinventar? A Orsted da Dinamarca, anteriormente DONG Energy, tornou-se especialista em

parques eólicos. Entre as maiores empresas de petróleo, Neil Beveridge da Bernstein consegue pensar em apenas uma que fez isso. A Reliance Industries da Índia mudou seu foco do refino de petróleo para as telecomunicações e o varejo online.

Para avaliar quanto do patrimônio dos acionistas está em risco, os tipos de reservas ameaçadas e o tipo de combustível envolvido precisam ser considerados. O carvão responde por dois terços das potenciais emissões de carbono mantidas em reserva. Há muito dele no solo e ele contém a maior proporção de carbono entre os combustíveis fósseis, segundo a AIE. Por peso, o carvão contém em média tanto carbono quanto o petróleo e duas vezes mais que o gás natural.

No cenário dos 2°C, menos de um quarto das reservas de carvão poderiam ser queimadas, com o restante ficando imobilizado. Os mercados de ações já colocaram no preço essa possibilidade. Portanto, para ter uma ideia do que poderia acontecer para os produtores de petróleo e gás não dispostos ou incapazes de fazer algo a respeito de seu impacto coletivo sobre as emissões, é só dar uma olhada nos preços das ações e na avaliação dos grupos de mineração de carvão como Peabody Energy e Yancoal Australia.

Como primeiro alvo dos donos de ativos ansiosos para descarbonizar seus portfólios, as mineradoras de carvão tiveram um desempenho desastroso na última década. O índice Bloomberg das mineradoras globais de carvão, sendo que a maior delas está na China, caiu 74% em relação ao pico alcançado no começo de 2011. Essas mineradoras se tornaram uma “armadilha/pegadinha” (value trap), sendo negociadas a preços baratos, mas sem nenhum incentivo óbvio para atrair investidores. Essa queda contribuiu para o valor de mercado de US\$ 300 bilhões dessas cerca de 30 mineradoras de carvão.

Usando-se o cenário dos 2°C, grande parte das reservas de petróleo do planeta (71%) e de gás (92%), poderiam ser queimadas. Isso sugere um impacto econômico relativamente pequeno sobre os produtores. O mercado se diferenciou do carvão. É claro que é justo afirmar que o gás natural barato nos EUA, que vem sendo negociado nos patamares mais baixos em dez anos, também pressiona os preços do carvão térmico nessa região. Coletivamente, o valor de mercado das companhias globais de petróleo e gás caiu 50% menos que o das mineradoras de carvão desde seu próprio pico alcançado na década, em 2011.

Calcular o valor dessas reservas imobilizadas envolve perguntar não só qual cenário de aquecimento usar, mas também como os mercados de ações avaliam as reservas em geral. Colocando de lado os especialistas em gás natural, os mercados de ações tradicionalmente sempre atribuíram um valor maior a empresas com as maiores reservas de petróleo. Para as maiores empresas de petróleo listadas em bolsas de valores, há uma relação positiva entre o valor do empreendimento (valor de mercado mais o endividamento líquido) e as reservas comprovadas informadas para ativos com a maior probabilidade de desenvolvimento.

Com base nessa relação e assumindo um cenário de 2°C, isso deixaria 29% das reservas de petróleo imobilizadas e eliminaria cerca de US\$ 360 bilhões do valor das 13 maiores IOCs em reservas. Isso é bem mais que um sexto do valor total de seus empreendimentos. Mas para cumprir a meta de aquecimento mais rígida de 1,5°C, esse número seria mais que o dobro, de quase US\$ 890 bilhões. Estimativas separadas da Rystad Energy para o valor de ativos de petróleo, que dependem dos preços do petróleo no longuíssimo prazo, moderam o impacto. Mas a queda ainda assim seria significativa.

Como esses produtores perderam cerca de US\$ 400 bilhões em valor de mercado nos últimos três anos, é justo assumir que eles poderiam sobreviver a tal queda. No entanto, se os formuladores de políticas, motivados pelos temores públicos em relação ao meio ambiente, passarem a dar mais atenção às mudanças climáticas, essas quedas poderão aumentar. Uma queda súbita no valor dos ativos poderia provocar um declínio desordenado de todas as ações de petróleo e gás.

Essas companhias com a maior intensidade de carbono em suas reservas de petróleo e gás enfrentam o maior risco de baixas contábeis, como resultado das alterações na política para as mudanças climáticas. Essas empresas incluem a Suncor Energy e a Imperial Oil, produtoras canadenses de areia betuminosa, e também a Pioneer e a EOG, exploradoras americanas de xisto.

Os produtores de petróleo e gás expostos aos maiores golpes em potencial são aqueles que precisarão de mais tempo para usar suas reservas. Isso é conhecido como vida de reserva. Se você se concentrar nos grupos com alta intensidade de carbono e vidas de reserva longas - aqueles que têm mais a perder -, os nomes que aparecem são os da Rosneft, ExxonMobil, PetroChina e BP, segundo a Bernstein Research.

Isso deixa as NOCs como as maiores administradoras de hidrocarbonetos. Várias companhias, especialmente dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), possuem vidas de reserva muito longas. Elas produzem petróleo numa velocidade relativamente lenta em relação ao que possuem. Cerca de 71% do petróleo no solo pertence a esses países, que vão do Irã e o Iraque à Venezuela.

Embora as 50 maiores companhias internacionais de petróleo de capital aberto tenham ativos de petróleo e gás suficientes para se aguentarem por algo entre 10 e 20 anos, esses países em média precisariam de 68 anos para exaurir suas reservas.

Um desdobramento da produção mundial de petróleo e gás em um ranking com os 50 maiores, revela que 35% dela é controlada por grupos internacionais e o restante por organizações nacionais. Usando essas porcentagens nos orçamentos de carbono permitidos, fica claro que os produtores estatais têm mais a perder.

No cenário de 2°C, destinar 65% para as NOCs num orçamento de carbono de 433 GT deixa 281 GT para os produtores nacionais. Mas isso significa que quase metade das reservas de petróleo soberanas permaneceriam no solo.

É claro que qualquer NOC depende de seu Estado soberano e vice-versa. A adoção de políticas de carbono amigáveis pode não ser adequada para países como a Venezuela e a Nigéria, que dependem muito do petróleo e do gás para as receitas do governo, mas sofrem menos pressão da comunidade de investimentos para mudar seus comportamentos. Após a abertura de capital da Saudi Aramco, isso também vale para a Arábia Saudita.

Os mercados vão computar nos preços o risco de baixa contábil dos ativos pelas companhias globais de petróleo e gás. Isso poderá ocorrer gradualmente, mas se uma solução não for encontrada para as mudanças climáticas na próxima década, há o risco de um grande colapso nos preços dos ativos das IOCs, que irá além dos cenários traçados aqui.

A maior ameaça é enfrentada pelas economias que se tornaram dependentes do petróleo e do gás. No entanto, os efeitos da perda de valor dos ativos imobilizados seriam sentidos em todo o mundo dos negócios. Seria uma das maiores mudanças de alocação de capital de todos os tempos. (Tradução de Mario Zamarian)

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito e Francisco Góes**Título:** Petrobras deve adiar para abril ofertas para primeiras refinarias

Participantes pedem mais prazo para negociar parceria com novos interessados

Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, faz parte do primeiro bloco de ativos de refino colocado à venda pela estatal, junto com Rnest, Repar e Refap — Foto: Divulgação

A Petrobras deve adiar para abril a data de recebimento das ofertas vinculantes para o processo de venda do primeiro pacote de refinarias do programa de desinvestimentos. A data prevista inicialmente era 6 de março.

Conforme informado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, com base em fontes a par do assunto, o adiamento se deve a um pedido das próprias participantes do processo. Isso porque houve a entrada de novos interessados, entre grupos financeiros e não-financeiros, que estão discutindo a associação com os atuais candidatos.

Neste primeiro bloco estão as refinarias Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; Landulpho Alves (Rlam), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul. Na etapa anterior, de ofertas não vinculantes, a Petrobras havia recebido cerca de cinco propostas por refinaria.

As quatro refinarias fazem parte de um plano maior de desinvestimento no refino. Ao todo, o plano contempla oito refinarias, com capacidade para processar 1,1 milhão de barris por dia de petróleo, o equivalente a cerca de 50% da capacidade do parque de refino da estatal. O valor estimado dos oito empreendimentos é de US\$ 10 bilhões a US\$ 12 bilhões, segundo o UBS.

Com relação ao segundo pacote de refino à venda, a Petrobras iniciou na última semana a fase vinculante das refinarias Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas; a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará; e a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná. Principal

ativo do segundo pacote, a refinaria Gabriel Passos, em Betim (MG), teve a etapa de propostas vinculantes aberta em dezembro do ano passado.

O **Valor** apurou que os potenciais compradores estão fazendo “due diligence” (auditoria técnica e contábil) dos ativos. As empresas estão acessando o “data room” (sala virtual de informações) dos negócios e visitando as refinarias fisicamente.

A expectativa da Petrobras, conforme o **Valor** apurou, é que os acordos de compra e venda das refinarias sejam assinados ainda neste ano. No entanto, a conclusão dos negócios, com a respectiva liquidação financeira, é esperada para ocorrer apenas em 2021. O trâmite envolve um processo adicional de transformar cada refinaria em uma empresa para ser concretizada a venda.

De acordo com o plano de negócios e gestão da estatal para o período 2020-2024, a empresa prevê levantar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões com venda de ativos, entre eles as oito refinarias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Enel SP puxa alta do grupo

O grupo italiano Enel registrou Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 17,9 bilhões em 2019, uma alta de 10,5% em relação ao ano anterior, segundo resultado preliminar divulgado pela companhia. O número ficou bastante acima da meta, afirmou o presidente global, Francesco Starace, em nota. O crescimento da geração de caixa foi impulsionado principalmente pelo negócio de redes de distribuição, com destaque à Enel Distribuição São Paulo (antiga Eletropaulo), além das vendas para consumidores livres na Itália e no Brasil. O resultado final de 2019 deverá ser anunciado em março pelo grupo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 07/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** das Agências Internacionais**Título:** Reunião da Opep termina sem acordo sobre cortes

Comitê técnico do cartel recomendou redução provisória de 600 mil barris dia, mas decisão ainda depende dos membros do grupo

O comitê técnico da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep +) recomendou o corte provisório na produção de petróleo de 600 mil barris por dia, numa resposta às estimativas de queda de demanda pela commodity causada pelo surto de coronavírus, principalmente por parte da China. O grupo esteve reunido por três dias em Viena. Uma decisão final sobre redução de volumes depende ainda da aprovação da Rússia, que se posicionou contra um corte extra além daquele já acertado em reuniões anteriores.

O comitê não é um órgão de tomada de decisão, ele apenas aconselha a Opep. Ele também recomendou estender o atual plano de cortes de produção, de 2,1 milhões de barris/dia até o fim de 2020, segundo fontes ouvidas pelas agências de notícia. Hoje, o cartel está produzindo 1,7 milhão de barris/dia a menos. A Arábia Saudita comprometendo-se a manter a produção 400 mil abaixo da sua cota, elevando o total de cortes efetivos para 2,1 milhões de barris/dia, ou cerca de 2% da oferta global.

Em outra frente, o setor sofreu um revés por conta do coronavírus. A estatal China National Offshore Oil Corp (CNOOC) informou alguns de seus fornecedores que não receberá cargas de gás natural liquefeito (GNL) por causa das restrições provocadas pelo surto, segundo informou a agência Bloomberg. A companhia declarou “força maior” para justificar a suspensão dos contratos de compra de gás.

Trata-se do primeiro caso de uma companhia chinesa a invocar a cláusula de “força maior” como resultado da virtual paralisação da segunda maior economia do mundo, em meio ao esforço para conter a propagação do coronavírus. No mercado de commodities era grande a preocupação que muito em breve os compradores chineses - de cobre a GNL - poderiam ser forçados a adotar essa medida.

A falta de acordo na reunião da Opep + provocou nova queda nos contratos do petróleo tipo Brent ontem. Referência mundial, o barril do Brent para abril negociado em Londres terminou o dia em queda de 0,63%, cotado a US\$ 54,93. Já o contrato do WTI para março subiu 0,39% em Nova York, a US\$ 50,95 o barril.

“A decisão de organizar uma reunião de emergência entre Opep e aliados nesta semana elevou as expectativas dos mercados de uma ação rápida do cartel”, disseram analistas da RBC Capital Markets em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2020

Seção: Finanças

Autor: Álvaro Campos

Título: Destaques

Energia no Bradesco

O Bradesco está fortalecendo seu posicionamento frente às mudanças climáticas por meio de dois novos compromissos. O primeiro é de que 100% das operações sejam abastecidas por energia de fontes renováveis já em 2020. O segundo compromisso é neutralizar 100% das emissões de gases de efeito estufa (GEE), iniciando com as emissões geradas em 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/02/2020

Seção: Finanças

Autor: Francisco Góes

Título: Varejo fica com R\$ 3,5 bi da oferta da Petrobras, diz Castello Branco

Presidente da Petrobras destacou ainda o aumento da liquidez das ações em bolsa proporcionado pela operação

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, mostrou-se otimista, ontem, com o resultado da oferta de ações ordinárias da companhia feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e destacou a boa colocação dos papéis no varejo e o aumento da liquidez em bolsa proporcionado pela operação. “Para nós, foi importante ter um voto de confiança de milhares de investidores no nosso projeto, na agenda

transformacional que estamos implementando”, disse Castello Branco ao **Valor**.

Segundo ele, dos R\$ 22 bilhões levantados na oferta, cerca de R\$ 3,5 bilhões foram colocados no varejo no Brasil. “O que é bom porque fomenta o crescimento do mercado de capitais. Tem mais pessoas tendo ações individualmente no lugar de fundos”, afirmou. Para Castello Branco, além de a oferta ter sido boa no varejo, houve um fenômeno que chamou a atenção: “A qualidade dos investidores melhorou. [vimos] Investidores mais comprometidos com o longo prazo”.

Ele considerou o desconto da operação, de 1,57% sobre o valor de fechamento da ação em bolsa na quarta-feira, como “bem razoável”. E acrescentou: “Não foi nada exagerado”. Nas contas do executivo, o Estado brasileiro passa a deter 50,3% das ações ordinárias da Petrobras depois da oferta. Castello Branco se envolveu pessoalmente nos esforços da oferta. “Estivemos o tempo todo em contato com o BNDES”, disse o executivo. Embora o vendedor das ações seja o BNDES, perguntas sobre a empresa foram endereçadas à petroleira.

Castello Branco e equipe participaram de apresentações para investidores no Brasil e no exterior. Houve encontros no Rio, São Paulo, Londres e nos Estados Unidos. Também se envolveram nos esforços de venda a diretora-executiva financeira da petroleira, Andrea Almeida, e o diretor-executivo de exploração e produção, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, além de Carla Albano, gerente-executiva de relações com investidores. Castello Branco e Gustavo Montezano, presidente do BNDES, estiveram em Boston e Nova York esta semana.

O presidente da Petrobras preferiu não comentar sobre os prazos para que o BNDES venda a fatia de ações preferenciais que o banco ainda detém na Petrobras. “Depende do banco”, afirmou. O BNDES possui 18% das ações preferenciais (sem direito a voto) da estatal, avaliadas em R\$ 30 bilhões. Na estratégia da carteira de renda variável, o BNDES pretende dar andamento, depois da oferta de ONs de Petrobras, à venda de ações da JBS.

Castello Branco disse que desde abril de 2019 foram colocados no mercado cerca de R\$ 30 bilhões de ações da Petrobras, considerando as ofertas dos papéis da companhia feitas pela Caixa e pelo BNDES. Ontem a Petrobras divulgou comunicado confirmando que o preço na oferta ficou em R\$ 30 por ação, totalizando R\$ 22 bilhões. Segundo a empresa, 17,55% do total

das ações da oferta foram destinadas prioritariamente a investidores não institucionais e 82,45% a investidores institucionais.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 07/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Rubens Valente

Título: Projeto de mineração e plantio em terra indígena libera uso de transgênico

Prática é proibida desde 2007 para proteger diversidade; especialistas dizem que medida pode tornar índios reféns de compra de sementes

O projeto de lei encaminhado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso nesta quinta-feira (6) para permitir mineração e outros empreendimentos em terras indígenas pretende também autorizar o plantio de sementes geneticamente modificadas nesses territórios.

A prática é proibida por uma lei federal de 2007.

O uso de transgênicos em áreas de soja e milho foi o motivo pelo qual o Ibama multou, em 2018, associações de indígenas parecis em Mato Grosso que também arrendavam terras a produtores não indígenas.

Após a eleição de Bolsonaro, os ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura) passaram a apoiar o plantio em terras indígenas e a criticar as multas do Ibama — as áreas parecis embargadas pela fiscalização depois foram liberadas pelo presidente do Ibama nomeado por Salles.

Segundo a ex-presidente do Ibama Suely Araújo, o veto a transgênicos em terras indígenas visa proteger a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país, co -mo previsto na Constituição.

“Essa liberação prevista no projeto constitui retrocesso grave em termos de proteção ambiental”, afirmou.

Para a advogada da organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental) Juliana Batista, transgênicos podem contaminar sementes

crioulas e nativas, inviabilizar atividades produtivas tradicionais e deixar os indígenas dependentes da compra de sementes e agrotóxicos.

O projeto de Bolsonaro pretende autorizar uma série de atividades empresariais em terras indígenas, como ex-tração de minérios, construção de hidrelétricas, agricultura, pecuária e turismo. Prevê o pagamento de royalties e a formação de conselhos curadores indígenas. Estabelece que os indígenas serão ouvidos, mas não terão poder de veto sobre o empreendimento

— apenas a atividade de lavra garimpeira poderá ser recusada, segundo o projeto.

Na justificativa do projeto, o governo diz que a Constituição de 1988 dispensou especial tratamento a pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento de potenciais de energia hidráulica em terras indígenas, mas que esse ponto ainda não foi regulamentado.

“Anão regulamentação da matéria, além de insegurança jurídica, traz consequências danosas para o país, tais como: não geração de conhecimento geológico, potencial de energia, emprego e renda; lavra ilegal; não pagamento de compensações financeiras e tributos; ausência de fiscalização do aproveitamento de recursos minerais e hídricos; riscos à vida, à saúde, à organização social, costumes e tradições dos povos indígenas; conflitos entre empreendedores e indígenas”, diz o texto assinado pelos ministros Bento Albuquerque Junior (Minas e Energia) e Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública).

Aversão final do texto apresentou recuos em relação à minuta inicial que estava para ser encaminhada ao Parlamento no segundo semestre do ano passado, como a Folha revelou em setembro.

Na ocasião, especialistas atacaram principalmente a criação de um conselho curador nacional, formado por indígenas e técnicos indicados pelo governo, o que foi considerada a volta da tutela do Estado sobre essas populações, figura extinta pela Constituição de 1988, com algumas exceções.

Também gerou críticas a permissão de atividades empresariais em terras com registros de indígenas isolados —a Funai confirma 28 grupos do gênero na Amazônia Legal e outras dezenas de informações ainda são checadas.

Esses dois pontos foram alterados, mas indigenistas e especialistas continuam severas críticas ao projeto.

Na questão dos índios isolados, por exemplo, o texto final prevê que as atividades empresariais não poderão ocorrer em “terras indígenas com registro de comunidades isoladas”, mas ao mesmo tempo diz que caberá à Funai estabelecer os limites necessários à proteção dessas comunidades. Ou seja, poderia haver um recorte dentro de uma terra indígena, prejudicando a livre circulação dos índios sem contato em seu próprio território.

“Em terras exclusivas de isolados, como a dos kawahivas [Mato Grosso], o limite necessário já é delimitação da própria terra. Em terras compartilhadas, como a Yanomami e a Vale do Javari, o processo seria ainda mais complexo, seria preciso uma equipe estudar por anos para fazer um etnozoneamento e ‘avisar os isolados’ de que eles não podem ultrapassar essa área”, disse a antropóloga e indigenista Leila Burger, ex-coordenadora do setor de índios isolados e de recente contato da Funai.

“Para os isolados não há fronteiras, esse conceito é ocidental, do colonizador.”

Ela defendeu que, mesmo em empreendimentos instalados fora das terras indígenas, há risco de invasões de trabalhadores da obra para caça e pesca, com risco de conflitos, inclusive com mortes tanto de índios quanto de não índios.

Para o ex-presidente da Funai e sócio fundador do ISA Márcio Santilli, o objetivo do projeto não é promover o desenvolvimento econômico dos índios, mas garantir a exploração por terceiros de riquezas naturais.

“O projeto não trata nem incentiva a produção econômica dos índios, mas os induz a depender de royalties enquanto assistem ao esbulho das suas terras”, critica.

O governo, na justificativa, afirma que o projeto tem como público-alvo “as comunidades indígenas afetadas pelos empreendimentos, os empreendedores interessados no aproveitamento econômico dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica em terras indígenas e o próprio poder público”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 07/02/2020**Seção:** Economia**Autor:** Julia Lindner**Título:** Bolsonaro diz que faz ‘papel de otário’ no caso do ICMS

Presidente diz que não é ‘populismo’, mas ‘vergonha na cara’ sua proposta de zerar tributo dos combustíveis, e ataca governadores

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que se trata de “vergonha na cara”, e não de um ato de “populismo”, sua recente crítica ao preço dos combustíveis. Ele disse que faz “papel de otário”, já que a Petrobrás reduz o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias, mas, segundo ele, a diferença não é repassada para o consumidor. Nesta quarta-feira, Bolsonaro desafiou os governadores e afirmou que zera os tributos federais (Cide e PIS/Cofins) sobre os combustíveis se eles zerarem o ICMS. Após a declaração, o governador de São Paulo, João Doria, afirmou que se tratava de “populismo” do presidente e “uma tentativa de transferir a responsabilidade” do problema para os Estados. Ao ser questionado pelo Estado como compensar a perda na arrecadação dos Estados com a medida, Bolsonaro disse que “o problema é deles (governadores)”.

“Não estão reclamando que eu devo diminuir o meu? Vamos diminuir de todo mundo.” O presidente voltou a falar do assunto ontem ao ser questionado se trabalharia para melhorar a relação com governadores. Além de Doria, ele se referiu ao governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro, que também foi criticado na entrevista. “Chega de esse povo sofrer. Isso não é demagogia. Os dois governadores que estão me criticando... Isso não é populismo, não. Isso é vergonha na cara. Ou você acha que o povão está numa boa? Todo mundo feliz da vida com o preço do gás, com o preço da gasolina, preço de transporte?”, disse o presidente.

Plumagem. Bolsonaro também disse que não tem a “mesma plumagem” dos dois governadores e que é pobre perto deles. “Eu sei que eu sou um cara diferente de alguns políticos que temos no Brasil. Eu sou um cara pobre, miserável. Se bem que eu sou mais rico que 98% da população. Eu sei disso, mas perto desses caras eu sou pobre e parece que meu cheiro não faz bem para eles. Minha plumagem é diferente da deles”, disse o presidente. O presidente defende há meses mudanças na cobrança do ICMS

sobre combustíveis. Para ele, o tributo deveria ser cobrado nas refinarias, e não no ato da venda no posto de combustível, como ocorre atualmente.

“Quanto é que vai baixar na bomba para o consumidor? Zero. Então eu estou fazendo papel aqui de otário. Se bem que eu não interfiro na Petrobrás. Eu não vou ligar para o Castello Branco (Roberto, presidente da estatal): ‘Ó, não baixa mais’. Eu não interfiro na Petrobrás”, declarou. No domingo passado, pelas redes sociais, Bolsonaro anunciou que enviará ao Congresso um projeto para que o ICMS tenha um valor fixo por litro. A ideia do presidente encontra resistência por parte de governos estaduais, já que causaria impacto sobre a arrecadação dos Estados, efeito indesejado principalmente neste momento de crise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/02/2020

Seção: Política

Autor: André Borges e Camila Turtelli

Título: Propostas do governo para área ambiental geram críticas

Comissão de Meio Ambiente da Câmara contesta projeto que prevê abertura de terra indígena para exploração

Em uma semana, o governo anunciou uma série de propostas e decisões na área ambiental que devem causar reação de entidades, do Congresso e do Judiciário, com repercussão internacional. No mês passado, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), o Brasil foi cobrado por causa da política ambiental adotada pelo presidente Jair Bolsonaro, principalmente em relação aos incêndios na Amazônia. Anunciado pelo presidente anteontem, o Projeto de Lei 191/2020 propõe a abertura das terras indígenas para todo e qualquer tipo de exploração, desde a mineração industrial, passando por garimpos, pecuária e agricultura, até a instalação de hidrelétricas e projetos de infraestrutura. A proposta foi considerada a mais polêmica sobre o destino dos povos indígenas do País.

O projeto do governo permite que o índio seja o próprio garimpeiro de sua terra, se essa for sua vontade. Caso ele não queira garimpar, pode abrir espaço para empresas e, assim, ser indenizado por essa autorização. Hoje, qualquer mineração em terra indígena é uma atividade proibida por lei, embora haja milhares de explorações em terras indígenas no País. A abertura de terras indígenas para exploração incluiu, ainda, o plantio de

transgênicos. Ao comentar a proposta, Bolsonaro deu o tom do embate que pretende travar nas próximas semanas. “Se puder, confino ambientalistas na Amazônia.” Na Câmara, Bolsonaro tem o apoio da bancada ruralista, com seus 257 parlamentares, o que faz dela uma das maiores da Casa.

Do outro lado, oposição e ambientalistas querem derrubar o projeto antes que ele chegue ao plenário. O PSOL apresentou um ofício no qual pede a devolução da proposta ao Executivo sob alegação de que o projeto de lei, “em flagrante ato de inconstitucionalidade, ignora cláusulas pétreas da Constituição”. O presidente da Comissão do Meio Ambiente, Rodrigo Agostinho (PSB-SP), afirmou que “o texto abre brecha para intensificação do desmatamento da Amazônia e para conflito com povos indígenas”. “Vamos resistir e lutar bastante”, disse Agostinho. Já o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), defendeu que a legalização vai permitir uma ampla fiscalização da atividade em terras indígenas.

“Deve ter um trabalho muito profundo no Congresso”, declarou Moreira. Organizações ambientais e de proteção aos povos indígenas divulgaram dezenas de manifestações contra as ações do governo. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, em nota, repudiou a apresentação do PL e afirmou que “a proposição terá impactos irreversíveis nos territórios indígenas, particularmente sobre povos indígenas isolados e de recente contato”. Nos próximos meses, esse debate vai contar, ainda, com as discussões da Nova Lei de Licenciamento Ambiental. Conselho. Ontem, o presidente determinou a exclusão de representantes da sociedade civil da composição do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), usado para financiar projetos socioambientais apoiados com recursos do governo.

Com a decisão, diversas associações ambientais e organizações foram alijadas do conselho. Bolsonaro também aproveitou a semana para cumprir a promessa de liberar áreas de preservação ambiental. Com uma portaria do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o governo autorizou a pesca esportiva nessas unidades protegidas. Multado em R\$ 10 mil em 2012, por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios, em Angra dos Reis (RJ), Bolsonaro já tinha conseguido cancelar essa multa e, ainda, exonerar o servidor do Ibama que o havia multado. Agora, liberou o caminho para a pesca nessas áreas de proteção.

A semana também foi marcada pela nomeação do pastor e ex-missionário evangélico Ricardo Lopes Dias para o cargo de coordenador-geral da área de índios isolados da Funai. Dias foi ligado à Missão Novas Tribos do Brasil e atuou como missionário, evangelizando índios no Vale do Javari (AM), que concentra o maior número de registros de povos isolados do mundo. A indicação já havia sido criticada por entidades indigenistas, que alegavam que a política da Funai mantida há 30 anos é de não contato e de respeito ao modo de viver.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Riscos que pesam sobre os indígenas

No mesmo dia em que anunciou o projeto de lei prevendo mineração, exploração de petróleo e hidrelétricas em terras indígenas, o presidente Bolsonaro nomeou um evangelizador para a área mais sensível da Funai: a dos índios isolados. Em seguida, disse que se um dia puder ele confinará os ambientalistas na Amazônia. Em várias ocasiões Bolsonaro já demonstrou preconceito em relação aos índios, ou visão ultrapassada sobre o assunto. É por isso que a ideia assusta ainda mais. A Constituição prevê atividade econômica em terra indígena, dependendo apenas de regulamentação. O projeto, portanto, poderia até ser considerado se não fosse o presidente quem ele é, se não tivesse as declaradas intenções que tem.

O projeto vem após uma série de ataques à Funai feitos sob o olhar condescendente do ministro da Justiça, Sergio Moro. Não se conhece uma palavra de Moro contra os excessos e abusos cometidos contra a Funai, o aparelhamento político, a ocupação de cargos por pessoas sem a qualificação técnica, a escolha de coordenadores estranhos à área. A tentativa é de fazer da Funai uma instituição oca. Se ela ainda resiste é pelos seus servidores de carreira.

A escolha de Ricardo Lopes Dias para coordenador de índios isolados é um perigo não por ser pastor. O temor é que ele ponha em prática a convicção de que os índios precisam ser convertidos por missionários. Isso é a morte cultural. Os isolados são os mais frágeis sob todos os pontos de vista e há uma política consagrada de sequer forçar contato. A nomeação veio após a

mudança de critérios para ocupar o cargo, em decisão do presidente da Funai, Marcelo Xavier. Antes, o cargo era exclusivo de servidores públicos efetivos. No dia 30 o critério foi alterado para que pudesse haver nomeação política.

Bolsonaro não tem o poder de confinar ninguém, mas seu pensamento antidemocrático é revelado na palavra que usou para definir o que quer fazer com pessoas que pensam diferente dele. Ele trata como natural uma atitude totalitária. Há uma fadiga no país em reagir aos absurdos diários que o presidente expõe em suas falas. E muita gente, com razão, quer simplesmente ignorar as “bolsonarices”. Seria um alívio. O problema é que ele, por ser presidente, tem visibilidade ampliada. Esses valores deletérios estão sendo apresentados diariamente como sendo naturais. Há uma geração de brasileiros sendo formada diante da exposição de que o presidente acha normal confinar pessoas porque pensam de forma diferente da do governo, definir indígenas como sub-humanos, afirmar que portadores de HIV custam caro ao país.

Essas foram apenas as últimas agressões verbais aos direitos humanos. Neste contexto é que foi apresentado o projeto de exploração de terra indígena. São terras públicas, da União, e serão ocupadas por grupos privados. Os indígenas serão ouvidos mas sem poder de veto, o que transforma o ato de ouvir como mera formalidade. O que o presidente está propondo é a morte cultural e étnica. Quer que eles sejam “como nós”. Como se os 300 povos não estivessem resistindo há 500 anos para manter suas culturas, seus idiomas, seu modo de viver. Se quisessem ter a vida de não indígenas já teriam feito essa escolha. Esse projeto pode ser o começo de uma nova onda de violência física e cultural contra os índios.

Tudo isso bate na economia, claro. No meio empresarial é possível ouvir empresários reclamando da estratégia do presidente Jair Bolsonaro de “governar por atrito”, na expressão de um deles que dirige uma grande associação. Se por um lado há os que apoiam incondicionalmente o presidente, por outro, há os que lamentam e se sentem inseguros com as crises constantes que não saem da primeira página dos jornais: “Passamos por uma forte recessão e estamos há três anos sem crescer muito. Este é o momento em que todos deveriam estar remando na mesma direção. Mas temos um presidente que estimula a divisão. Tem o empresário que não liga, mas tem o empresário que fica incomodado e inseguro. E aí

continuamos nesse clima de morosidade, que não engrena nunca”, desabafou.

A economia nem é o maior problema. O perigo é o que o presidente pretende com esse projeto de permitir atividades econômicas nas terras indígenas, que hoje são unidades de conservação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2020

Seção:

Autor: Leo Branco, Bruno Rosa E Gabriela Oliva*

Título: Manchete: Paralisação na China já afeta indústria no Brasil

ALERTA NA INDÚSTRIA

Setor começa a sentir impacto da falta de componentes chineses

SÃO PAULO E RIO - A indústria brasileira começa a sofrer impactos concretos da epidemia de corona-vírus. Depois de amargar uma desaceleração no ano passado, as fábricas instaladas no país podem ter o desempenho do primeiro trimestre afetado por problemas no recebimento de componentes e matérias-primas da China, o maior parceiro comercial do Brasil.

Fabricantes de eletroeletrônicos já relatam problemas no recebimento de componentes. Montadoras de veículos e representantes do setor farmacêutico estão em alerta. Do total de insumos importados —que servem de matéria-prima para os produtos que são feitos nas indústrias nacionais —20% vêm da China.

—A participação das importações chinesas é relevante. Se os embarques são interrompidos, pode haver atrasos ou pausas na produção brasileira — diz Marcos Casarin, economista-chefe para América Latina na Oxford Economics.

De acordo com sondagem da Abinee, associação brasileira de fabricantes de produtos eletroeletrônicos como celulares e TVs, 52% do setor já tiveram algum problema no recebimento de materiais vindos da China.

A pesquisa mostra que 22% dos associados, que participaram do levantamento, disseram que devem paralisar a produção em algum momento nas próximas semanas por falta de componentes.

—Estamos avaliando a situação de perto — diz o presidente da Abinee, Humberto Barbato, lembrando que a China responde por 42% dos componentes eletrônicos importados pelo setor.

Segundo José Salvino, presidente do SindMetal (Sindicato dos Metalúrgicos) de Jaguariúna, em São Paulo, a empresa Flextronics, que fabrica celulares da Motorola, enviou uma carta alertando sobre o problema. De acordo com Salvino, o setor pode ter 80% das atividades paralisadas:

—A medida afeta quase todas as linhas de produção. Desde a semana passada estamos aguardando parecer da multinacional chinesa para ver se há possibilidade de contágio através das peças importadas.

RISCO DE DESABASTECIMENTO

A Anfavea, associação brasileira da indústria automotiva, acompanha “24 horas por dia” os efeitos da epidemia de coronavírus na China sobre a cadeia produtiva de autopeças. Apesar de a doença ter interrompido a operação em fábricas em Wuhan — considerada a “Detroit Chinesa” pela concentração de montadoras — e em outras áreas da China, por ora não há risco de desabastecimento de peças no Brasil.

— Estamos monitorando o tema não só das peças que importamos, mas também dos fornecedores dos nossos fornecedores. Hoje não temos problema (de desabastecimento) — diz Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea.

Estudo da consultoria Oxford Economics vê o Brasil como um dos países com maior risco de desabastecimento na hipótese de a epidemia prolongar o período de fechamento de indústrias na China.

A importação de placas solares da China já começa a ser afetada. Segundo Daniel Pansarella, diretor da fabricante chinesa de painéis Trina, os embarques têm atrasos de até duas semanas. Para ele, a falta de produtos no mercado brasileiro vai depender da extensão da crise no país asiático:

—Muitos clientes têm programação trimestral, por isso os estoques maiores. Não vejo o varejo com falta de produto. Quem pode ter falta de material no primeiro momento são distribuidores menores, que não têm estoques.

A relevância de fornecedores chineses no Brasil só é batida pela importância deles para a indústria de países da Ásia e da Oceania cujas cadeias logísticas estão intimamente conectadas à China. Nos primeiros lugares da lista estão Vietnã (com 41% dos bens intermediários comprados dos chineses) e Filipinas (30%).

— A produção industrial brasileira, tal como a da maioria dos países, depende muito de produtos intermediários (insumos) chineses. Há uma integração nas linhas de produção em vários setores —diz Cristiano Oliveira, economista-chefe do banco Fibra, para quem a queda deve ser maior em eletrônicos e têxteis.

O economista avalia ainda que o coronavírus tem potencial de reforçar a perda de força da indústria brasileira ocorrida no ano passado, quando recuou 1,1% em relação a 2018.

O risco de desabastecimento é maior entre componentes de maior valor agregado que chegam por transporte aéreo da China. O estoque no Brasil dá conta para os próximos 15 dias, nas contas da Eletros, associação dos fabricantes de eletrônicos da linha branca (geladeira), marrom (TV e som) e portáteis (secadores de cabelo, ventiladores, entre outros). Entre os insumos que chegam por navio, o estoque nacional é capaz de abastecer as indústrias por 90 dias.

—Preocupa a instabilidade na cadeia logística de importação de insumos da China — diz José Jorge do Nascimento Junior, presidente da Eletros.

Na fabricante de eletrônicos Multilaser, com portfólio que vai de celulares a aspiradores, boa parte da produção depende dos fornecedores chineses. Mensalmente as duas fábricas da Multilaser, em Extrema (MG) e Manaus (AM), produzem 2 milhões de produtos. Cada um tem, em média, 200 componentes do país asiático.

—Os efeitos só serão sentidos em março, e se a situação atual persistir até lá — diz Alexandre Ostrowiecki, presidente da Multilaser.

Henrique Tada, presidente executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), destacou que o setor acompanha a crise de perto. Mais de 90% das matérias-primas são importadas de países como China e Índia.

—Estamos em alerta. Quase tudo vem da China. Acompanhamos a movimentação de cargas dentro da China.

O Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) disse que os estoques de princípios ativos e in-sumos importados da China são suficientes para atender às necessidades da indústria nas próximas semanas. Informou ainda que os estoques de medicamentos prontos nos postos de saúde e nas farmácias e distribuidoras garantem o abastecimento da população e de clínicas e hospitais.

*Estagiária, sob orientação de Luciana Rodrigues

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: TST bloqueia contas bancárias de sindicatos de petroleiros em greve

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) aplicou ontem uma série de sanções aos sindicatos que participam da greve dos petroleiros, iniciada no dia 1º de fevereiro, como o bloqueio cautelar de contas bancárias. Além disso, o tribunal determinou a suspensão do repasse mensal às entidades sindicais e autorizou a Petrobras a realizar contratações emergenciais de pessoas ou serviços para compensar eventual falta dos grevistas.

As sanções valem para os sindicatos liderados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que estão descumprindo a decisão judicial de manter contingente mínimo de 90% dos trabalhadores. Cada entidade terá ainda que arcar com multa diária de R\$ 500 mil. Na decisão, o ministro do TST Ives Gandra afirmou que, pelo “viés atentatório aos dispositivos da lei de greve e à ordem judicial, a greve passou a revestir-se de caráter abusivo” Os petroleiros entraram em greve no sábado em protesto pelo fechamento da fábrica de fertilizantes da Petrobras no Paraná, a Ansa, com demissão de 400 empregados. Alguns deles fazem vigília na sede da estatal, no Centro do Rio.

Gandra considerou a greve de cunho político, com “conotação política e não econômica direta” Em nota, a Petrobras afirmou que informou aos sindicatos o contingente mínimo necessário em cada unidade e turno e que “aguarda cumprimento imediato da ordem judicial.” Todos os sindicatos informaram à FUP que manterão a greve. Segundo a federação, 18 mil trabalhadores aderiram. (Ramona Ordóñez)

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/02/2020

Seção: Economia

Autor: Daniel Gullino

Título: Bolsonaro: posição sobre ICMS é ‘vergonha na cara’

Presidente rebate acusação de populismo feita por Doria. E diz que imposto sobre gasolina no Rio ‘deve ser para fazer frente à água’

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que sua posição sobre o preço de combustíveis não é “populismo”, e sim “vergonha na cara”. A declaração foi uma resposta ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que na véspera classificou a fala do presidente sobre a redução de tributos de “populismo” e “bravata” Na quarta-feira, Bolsonaro havia dito que iria zerar os impostos federais que incidem sobre combustíveis caso os governadores concordassem em zerar o ICMS, que é estadual.

— Chega de esse povo sofrer. Isso não é demagogia. Dois governadores estão me criticando, isso não é populismo, é vergonha na cara. Ou você acha que o povo está numa boa? Está todo mundo feliz da vida com o preço do gás, com o preço da gasolina, com o preço do transporte? —disse o presidente, na saída do Palácio da Alvorada.

‘NÃO DESAFIEI NINGUÉM’

Ao falar em “dois governadores”, Bolsonaro fez uma referência também a Wilson Witzel (PSC), do Estado do Rio. Segundo o presidente, os dois governadores o atacam, depois de o apoiarem na eleição, porque querem se candidatar à Presidência. Witzel não comentou a declaração de Bolsonaro sobre combustíveis.

A reação do presidente foi mais um capítulo da disputa com os estados sobre os preços

dos combustíveis. Na segunda-feira, um grupo de 23 governadores assinou uma carta aberta pedindo que Bolsonaro abra mão de receitas de impostos federais sobre combustíveis. Era uma resposta às críticas do presidente, de que eles estariam interessados apenas em arrecadar impostos.

Ontem, Bolsonaro disse que não desafiou os governadores e colocou em dúvida a informação de que eles querem a redução dos impostos federais —apesar de a reivindicação constar na carta. Depois, contudo, afirmou que “pode ser desafio”.

—Não desafiei governadores não. Fizem uma pergunta, “os governadores querem que você abaixe os impostos federais” Acreditando na informação de vocês, eu falei: “Olha, eu topo zerar os impostos federais se os governadores zerarem o ICMS” —disse. — Pode ser desafio, sem problema nenhum. Eu zero o meu, federal, e eles zeram o deles lá.

No fim do dia, em uma transmissão em rede social, Bolsonaro retomou o assunto:

—Estão falando que eu estou brigando com governador, não estou brigando com ninguém, não desafio ninguém para duelar comigo — afirmou. — O que a gente quer é que o ICMS incida diretamente no valor da refinaria ou tenha um valor fixo. Vamos mandar projeto para o Congresso.

E voltou a alfinetar Witzel:

—O ICMS do Rio de Janeiro sobre a gasolina é o maior do Brasil. Parabéns, Rio, está batendo recorde aí. Deve ser para fazer frente à água. Tem gente que deve estar achando que é mais barato tomar gasolina do que água no Rio.

‘VARADA NA ÁGUA’

Mais cedo, Bolsonaro disse que a Petrobras deveria parar de reduzir os preços na refinaria, porque a queda não é repassada ao consumidor:

—Se não chegar no consumidor, estamos dando varada na água.

Depois reiterou que não interfere na política de preços da Petrobras.

MME / ASCOM.